

Hoje é trazida a proposta de expansão da rede dos SMTUC, no âmbito do Programa de Ação de Redução tarifária (PART) a Almalaguês, Zorro, Antanhol e Loureiro. Esta é uma medida que consideramos positiva, mas ainda assim claramente insuficiente para atenuar as grandes desigualdades sociais e de oportunidades entre os munícipes de Coimbra. Importa por isso não esquecer outros territórios cujas populações reclamam e aguardam há décadas por transportes públicos de qualidade (independentemente de quem os presta). Entre outras, destacam-se a Palheira, Souselas, Botão, Brasfemes, Serra da Rocha, S. João do Campo, S. Martinho do Pinheiro, etc. e que foram objecto de apresentação nos períodos antes da ordem do dia das reuniões de 4/6 e de 28/8 de 2018. Todas estas populações, ou não são servidas por transportes públicos, ou se o são, são-no por serviços que não respondem às necessidades básicas da população. Relembre-se, a título de exemplo, a Serra da Rocha que reclama o prolongamento da linha 19T há anos...

A Equipa de Projecto da Autoridade Municipal de Transportes (EP-AMT) foi constituída no final de setembro de 2018, e com a aproximação do dia 3 de dezembro de 2019, data em que todos os transportes municipais têm de ser assegurados pelos SMTUC ou atribuídos, mediante concursos públicos, a outros operadores, urge a tomada de decisão por parte da CMC.

Desde o início das funções da EP-AMT, conta-se apenas com a informação n.º 38734/2018, trazida a conhecimento deste executivo na reunião de 26/11/2018, onde foram emanados os princípios e regras gerais a estabelecer. Nessa mesma informação admitia-se que os “SMTUC poderão assegurar parte da oferta prevista no âmbito das concessões em vigor, no âmbito exclusivamente municipal...tendo-se solicitado informação sobre as carreiras que poderão eventualmente assumir a partir de 3/12/2019, assim como as condições necessárias para que o mesmo seja possível”. 4 meses volvidos, tudo permanece em aberto! Relembremos que compete à AMT avaliar e decidir que serviços vai internalizar, bem como aqueles que pretende abrir à concorrência e que deverão ser objecto de procedimento concursal a tempo da exploração das novas carreiras poder vigorar a partir de 3/12/2019. Caso o serviço prestado seja atribuído a carreiras inter-municipais ou inter-regionais, esse processo concursal será da responsabilidade da CIM, o que evidencia a urgência e o já enorme atraso que envolve essas decisões.

Nesta linha de ação questiona-se a CMC sobre o estado atual deste processo? que tipo de ações têm vindo a ser empreendidas no sentido de otimizar, expandir e

melhorar o serviço dos SMTUC, particularmente no que respeita ao serviço oferecido às freguesias mais periféricas e à compatibilização dos serviços municipais com os inter-municipais e inter-regionais sob a responsabilidade da CIM?

Quando é que este executivo terá acesso à proposta da CMC sobre as alterações à rede dos SMTUC? Como vão ser geridas as carreiras municipais atualmente asseguradas por operadores externos? Quais serão internalizadas nos SMTUC? Para quando o lançamento do concurso para linhas municipais? Como é que todo este processo está a ser coordenado com a CIM e com o projecto do MetroBus? Reafirmamos que apesar de ser legítimo que a AMT queira gerir os serviços de transportes municipal centrados na operação dos SMTUC, todas estas perguntas exigem respostas concretas e urgentes às populações visadas. Esta CM não pode ignorar os abaixo-assinados apresentados e que envolvem a expectativa de mais de 700 munícipes, os quais aguardam a tomada de posição política por parte da CMC!

Relatório da linha 41

O executivo da Câmara Municipal de Coimbra (CMC) aprovou, em janeiro de 2018 e a título experimental, o prolongamento da Linha nº 41 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) – Santa Clara/Vale das Flores – passando a circunscrever a Rotunda das Lages. Com este prolongamento, de cerca de 1250 metros nos dois sentidos era previsível aumentar a procura, ao servir equipamentos escolares, zonas residenciais e alguns outros polos geradores de deslocações, como é o caso Exploratório - Centro Ciência Viva de Coimbra.

Voltamos por isso a perguntar ao Sr. Presidente pelo relatório de avaliação do período experimental, e se o prometido processo de monitorização, permitiu concluir que a alteração implementada foi efetivamente eficaz e respondeu às expectativas. Decorridos 1 ano e 3 meses, considera-se ter decorrido tempo mais do que suficiente para que a alteração possa ser reavaliada e definitivamente decidida.

Os serviços de aluguer na Rua Larga

Importa ainda lançar um olhar atento e crítico sobre o Polo I da UC e o uso desregrado da Rua Larga por parte dos autocarros de aluguer para serviços do turismo. Aquela rua que foi condicionada ao trânsito como forma de promover a

sua requalificação paisagística, o fomento de atividades de vivência urbana e a segurança pedonal, vê-se diariamente invadida por autocarros de turismo que ali estacionam e aguardam imobilizados horas a fio, descaracterizando a nobreza do espaço e servindo ainda de exemplo de más práticas a outras viaturas privadas que recorrentemente invadem e estacionam sobre os passeios daquela rua.

Se por um lado esta invasão é sinal de progresso e aumento da procura turística, por outro lado, a perspectiva de que esse aumento se venha a acentuar nos próximos anos, reforça a necessidade urgente de serem estudadas soluções alternativas. Importa ter presente que se trata de património classificado pela UNESCO e, que por isso, deve ser defendido e preservado. Nesse sentido, deve esta Câmara Municipal em estreita colaboração com a nova reitoria da UC e com o Turismo Centro de Portugal, estabelecer circuitos turísticos pré-definidos que permitam limitar a paragem no Pólo I para largada dos passageiros, e garantir que os períodos de espera decorram em locais menos nobres e periféricos da cidade (parque verde; Exploratório, Casa do Sal...), coordenados com os pontos de recolha de passageiros no final do circuito turístico (largo da Portagem; Pç 8 de Maio; Parque verde; S. Francisco).

Complementarmente deve ser dada a devida relevância e continuidade à ligação pedonal entre a Praça da República e a Porta Férrea, dois pontos essenciais para a história e tradição da cidade e da academia. Para além do inevitável meio mecânico alternativo aos 125 degraus das escadas monumentais construídas durante o período do Estado Novo, importa facilitar a ligação desta escadaria à Praça D. Dinis mediante a construção de uma plataforma elevada que evidencie a transgressão e, por inerência, iniba a prática de estacionamento frontal às Escadas Monumentais. Coimbra agradece e assim estamos a mudar Coimbra!